

## **A REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ: DESAFIOS PARA A GARANTIA DO DIREITO À EDUCAÇÃO**

Ana Carolina de Araujo Caldas <sup>1</sup>  
Samara de Oliveira Silva <sup>2</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A pesquisa toma em consideração os processos de privatização diretamente relacionados ao processo pedagógico, entendidos como aqueles relacionados a atividades afins no âmbito das escolas. Tal como afirma Paro, referem-se a tudo o que imediatamente diz respeito à apropriação do saber pelos educandos. Nelas inclui-se, principalmente, a atividade ensino-aprendizagem propriamente dita, desenvolvida dentro e fora da sala de aula (PARO, 1992, p. 40).

Ainda, segundo o mesmo autor, não é equivocado considerar a assistência pedagógica, uma vez que lidam diretamente como processo pedagógico (PARO, 1992). A realização deste estudo tomará em consideração a própria elaboração e gestão dos projetos pedagógicos das escolas, especialmente por meio da contratação de sistemas privados de ensino.

A rede estadual do Piauí foi aqui selecionada uma vez que passou por reforma ainda no ano de 1991 (OLIVEIRA, DUARTE, 1997, p.97), a partir da qual diversas medidas de cunho privatizador foram tomadas, sobretudo no que se refere à privatização nos processos de gestão educacional, com medidas aparentemente próximas à endoprivatização, tais como instituição de instrumentos de pagamento de profissionais por produtividade (bonificação).

Apesar dos avanços legais da Educação Básica pública, os dados evidenciam que há, ainda, no âmbito nacional, uma grande demanda não atendida. Porém, a ausência do Estado na oferta direta dos direitos à Educação aparece como motivo principal da proliferação de convênios público-privados. A privatização dos processos educativos com destinação de recursos públicos que deveriam ser destinados para a educação pública e repassados para

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Bolsista de Iniciação Científica

da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI – E-mail: anacarolinadeac@aluno.uespi.br

<sup>2</sup> Professora orientadora e coautora – Samara de Oliveira Silva; Doutora em Educação, Curso de Pedagogia – Universidade Estadual do Piauí, Campus de Parnaíba- Piauí, samara@phb.uespi.br.

instituições privadas por meio de parcerias que atuam na educação pública com finalidade lucrativa e não lucrativa, alterando as políticas de educação que em muitas vezes correspondem aos planos dos governantes para não investir recursos suficientes e investimentos em educação pública, contribuindo para a escassez de investimentos, a fim de que fique mais barato aos cofres públicos, mas em uma contrapartida financeira alta e com resultados de atendimentos precários.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental de fontes primárias armazenadas no Banco de Dados da Pesquisa do Mapeamento da Estratégias de Privatização da Educação Básica (2005-2015;2018). A pesquisa em desenvolvimento está na dimensão dos estudos e levantamos de dados bibliográficos dos artigos produzidos pela área sobre a temática da Privatização da Educação Básica do Brasil. Para colaborar nesse processo realizou-se uma pesquisa Qualitativa – com estudo bibliográfico e documental no portal de periódico SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, desde novembro de 2022 até a data atual.

A primeira etapa desenvolvida foi constituída na análise e seleção das informações contidas no Banco, desenvolvida por meio de uma investigação descritiva dos principais programas, projetos, atores envolvidos, público-alvo, etapas atendidas, natureza das instituições e abrangência na rede pública de educação, tomando por referência o recorte temporal do estudo (2019-2022) e o estudo bibliográfico.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Apesar dos avanços legais da Educação Básica pública, os dados evidenciam que há, ainda, no âmbito nacional, uma grande demanda não atendida. Porém, a ausência do Estado na oferta direta dos direitos à Educação aparece como motivo principal da proliferação de convênios público-privados.

A privatização dos processos educativos com destinação de recursos públicos que deveriam ser destinados para a educação pública e repassados para instituições privadas por meio de parcerias que atuam na educação pública com finalidade lucrativa e não lucrativa alterando as políticas de educação que em muitas vezes correspondem aos planos dos

governantes para não investirem recursos suficientes e investimentos em educação pública, contribuindo para a escassez de investimentos, a fim de que fique mais barato aos cofres públicos, mas em uma contrapartida financeira alta e com resultados de atendimentos precários

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ressalta-se que as políticas de educação mapeadas na literatura produzida pela área de estudo sobre a privatização da Educação Básica no Brasil e do sistema estadual de educação do Piauí nesse período em análise indica que as ações direcionadas na política de educação estadual foram fortemente orientadas sob a ótica Gerencialista do setor privado.

Destaca-se ainda, que a atuação dos institutos e fundações privadas seguem em ascensão constante com a forte presença das fundações, bancos, institutos e dos organismos internacionais que têm contribuído com o oferecimento de programas e projetos que alteraram as políticas de educação, sobretudo, no tocante à concepção do currículo, gestão educacional, oferta educativa, avaliação do sistema, formação de professores em toda a rede de educação, colocando as escolas sob os princípios do gerencialismo para atender as exigências dos parceiros privados.

**Palavras-chave:** Educação Básica. Política Educacional. Financiamento da Educação. Privatização.

## **AGRADECIMENTOS**

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Piauí- FAPEPI.

## **REFERÊNCIAS**

PERONI, V. M. VIDAL. Relação Público-Privado no Contexto de Neoconservadorismo no Brasil. **Educ. Soc.** 41, 2020.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul.-dez., 2003.

ADRIÃO T.; DAMASO, A; GALZERANO, L. A adoção de Sistemas Privados de Ensino em escolas públicas de educação infantil: reflexão a partir do perfil dos professores. **Revista e-Curriculum**. São Paulo: v. 2, n. 11, p. 434-460, ago. 2013.

